



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022**  
**PROCESSO SGP-e 3841/2022**

**OBJETO(S):** aquisição de material de expediente pelo Convênio de Trânsito, FUMPOM,CPMR e CPMA para atender a demanda de todas as OPMs de SC (REGISTRO DE PREÇO)

<b>Envio de proposta</b>	<b>A partir das 8 horas do dia 26 de março de 2022</b>
<b>Abertura da sessão</b>	<b>A partir das 15:30 horas do dia 08 de abril de 2022</b>
<b>Início da disputa</b>	<b>A partir das 15:30 horas do dia 08 de abril de 2022</b>

**OBSERVAÇÕES:**

Qualquer interessado na licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet acessando o endereço eletrônico [www.portaldecompras.sc.gov.br](http://www.portaldecompras.sc.gov.br) clicando diretamente no link do edital.

**PARTICIPAÇÃO:**

Os interessados em participar do pregão eletrônico deverão estar previamente credenciados junto ao Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina e qualificados para fornecimento do objeto ou serviço (Grupo-Classe) correspondente.

**CADASTRO DE FORNECEDOR:**

O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível na página eletrônica da Secretaria de Estado da Administração endereço [www.sea.sc.gov.br](http://www.sea.sc.gov.br) "Licitações" "Fornecedores" ou diretamente pelo endereço [www.portaldecompras.sc.gov.br](http://www.portaldecompras.sc.gov.br) – "Fornecedores".

**QUESTIONAMENTOS:**

- 1) Pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até dois dias úteis a abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos [www.portaldecompras.sc.gov.br](http://www.portaldecompras.sc.gov.br), quando optar por efetuar o download do edital como interessado ou <http://e-lic.sc.gov.br>, quando acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum;
- 2) Fornecedores cadastrados, para esclarecimentos referentes ao processo licitatório, ao efetuar o login e acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum.

**IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa, até dois dias úteis a abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório exclusivamente por meio eletrônico via internet, acessando os endereços eletrônicos [www.portaldecompras.sc.gov.br](http://www.portaldecompras.sc.gov.br) ou <http://e-lic.sc.gov.br>, selecionando painel de controle botão Impugnações.

**PEDIDO DE VISTAS:**

Qualquer interessado poderá ter acesso ao processo licitatório por meio do portal do SGP-e (<https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/consProcessoSEASC.do>), informando para consulta os seguintes dados: **Órgão: PMSC Nº de identificação (SGP-e): 3841/2022.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:**

As referências de tempo observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022**  
**PROCESSO SGP-e 3841/2022**

O Estado de Santa Catarina, por meio do **Fundo de Melhoria da Polícia Militar**, com sede na Av. Rio Branco, 1064, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ nº 13.925.994/0001-07, por intermédio da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO, POR LOTE**, para selecionar melhor(es) proposta(s), nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, demais normas legais federais e estaduais vigentes, para a aquisição do seguinte objeto: aquisição de material de expediente pelo Convênio de Trânsito, FUMPOM,CPMR e CPMA para atender a demanda de todas as OPMs de SC.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. O pregão eletrônico será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC).
- 1.2. A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela INTERNET, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação — em todas as etapas do certame.
- 1.3. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido com apoio técnico e operacional da Polícia Militar/SC, por intermédio da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, que atuará como provedor do Sistema eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Administração e Gestão de Materiais – SAGMS.
- 1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidores de órgão ou entidade vinculado ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, denominados pregoeiro e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema LIC, módulo e-LIC, por acesso restrito com *login e senha* no endereço eletrônico <http://e-lic.sc.gov.br>.
- 1.5. Envio de proposta: A partir das 8 horas do dia 26 de março de 2022.
- 1.6. Abertura da sessão: A partir das 15:30 horas do dia 08 de abril de 2022.
- 1.7. Início da disputa: A partir das 15:30 horas do dia 08 de abril de 2022.
- 1.8. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico.
- 1.9. Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I	Quadro de quantitativos, especificações mínimas, estimativa de valores e condições específicas.
Anexo II	Condições gerais de fornecimento.
Anexo III	Modelo de proposta de preços eletrônica para HABILITAÇÃO
Anexo IV	Identificação da amostra.
Anexo V	Recibo de documentos e amostras.
Anexo VI	Informações da empresa vencedora para contratação.
Anexo VII	Minuta da Ata de Registro de Preços.
Anexo VIII	Declaração de isenção ICMS.
Anexo IX	Modelo de Declarações.
Anexo X	Termo de Aceite da Ata de Registro e Preços.
Anexo XI	Minuta de Relatório de Autorização de Fornecimento/Contrato e Termo de Aceite
Anexo XII	Formulário de Solicitação de Esclarecimentos e Providências

**2. DA LICITAÇÃO**

- 2.1. Do Objeto
  - 2.1.1. A presente licitação destina-se a selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de [aquisição de material de expediente pelo Convênio de Trânsito, FUMPOM,CPMR e CPMA para atender a demanda de todas as OPMs de SC](#), conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos ANEXOS I e II e demais condições previstas neste edital.
  - 2.1.2. As quantidades licitadas e informadas no Anexo I são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades inferiores, conforme a efetiva necessidade, conforme estabelecido pela legislação.
- 2.2. Do convênio ICMS nº 26/03
  - 2.2.1. De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ Conselho Nacional de Política Fazendária, o objeto desta licitação tem o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses, condicionado ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços.

2.2.2. Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota via comunicação "CHAT", caso seja o primeiro colocado, depois de encerrada a disputa de lances.

2.2.3. A isenção supracitada não se aplica, a licitante vencedora, quando:

- a) A aquisição for efetuada com empresa cadastrada no SIMPLES/Nacional;
- b) A aquisição for efetuada com empresa sediada em outros estados;
- c) O objeto adjudicado for sujeito ao regime de substituição tributária, desde que efetuado com estabelecimento substituído.

2.2.4 Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto à autoridade competente, por meio de e-mail: [dalfdilic@pm.sc.gov.br](mailto:dalfdilic@pm.sc.gov.br) ou no protocolo da Divisão de Licitação da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (DALF/PMSC).

### 2.3 Da Execução da Licitação

2.3.1 O processamento da licitação pela Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (DALF), será na qualidade de Interveniente Promotora, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades de Unidades da Polícia Militar/SC.

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 Não será admitida a participação de:

3.2.1 Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;

3.2.2 Empresas em consórcio;

3.2.2.1 A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica afim de afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que individualmente poderiam prestar os serviços reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/carteis para manipulação de preços.

3.2.3 Empresas, cujas falências tenham sido declaradas, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

3.2.4 Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina – SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.5 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, de acordo com registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) – [www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br) – ou de acordo com registros de outras publicações oficiais e de consulta pública;

3.2.6 Empresas que possuam restrições junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

3.2.7 Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação;

3.3 A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

## 4. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

4.1 Coordenar o processo licitatório;

4.2 Receber, examinar e encaminhar as impugnações devidamente instruídas à autoridade superior;

4.3 Receber, examinar e responder os questionamentos ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

4.4 Conduzir a sessão pública na internet;

4.5 Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

4.6 Dirigir a etapa de lances;

4.7 Verificar e julgar as condições de habilitação;

4.8 Receber a documentação adicional quando necessário;

4.9 Receber, examinar e encaminhar os recursos devidamente instruídos à autoridade superior para deliberação;

4.10 Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

4.11 Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação e contratação; e

4.12 Conduzir os trabalhos da equipe de apoio.

## 5. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1 As pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico emitida pelo sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina da Secretaria de Estado da Administração.

5.1.1 Atribuição de chave de identificação e de senha, obtidas a partir da homologação do Cadastro Geral de Fornecedores, credenciará o interessado em participar do pregão eletrônico e o qualificará para fornecimento e envio de proposta eletrônica para o objeto correspondente ao grupo-classe indicado no Anexo I.

5.1.2 Caso não consiga visualizar o processo para envio de proposta eletrônica, o credenciado precisa solicitar qualificação ao grupo-classe correspondente junto ao Cadastro Geral de Fornecedores.

5.2 O procedimento para inscrição e alterações, no Cadastro Geral de Fornecedores, encontra-se disponível no site do Portal de Compras pelo endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, clicando em seguida no link "Fornecedores".

5.3 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu grupo-classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.

5.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do Sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso.

5.5 O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5.1 Para o correto funcionamento do Sistema recomendam-se os seguintes requisitos mínimos:

- a) Conexão de internet com velocidade nominal de 2MB ou superior;
- b) Navegador Internet Explorer 8, ou 9 com Modo de Compatibilidade ativado, com Javascript habilitado e POPUPS liberados (não bloqueados).

## **6. DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

6.1 Nos processos licitatórios cujo valor contratado for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), aplicar-se-á o direito de exclusividade prevista na LC 123/2006, ressalvadas as exceções legais.

6.1.1 Será desconsiderada as licitantes cadastradas/credenciadas que não cumpram os requisitos da L.C 123/2006, salvo se não houver microempresa e/ou empresa de pequeno porte cadastrada/credenciada.

6.2 Nos processos licitatórios cujo valor contratado for superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será aplicado o disposto no inciso III do art. 48 da LC 123/2006, reservando-se 25% para microempresa e/ou empresa de pequeno porte, ressalvadas as exceções legais.

6.2.1 O lote/Item será identificado como "exclusivo" e "ampla concorrência".

6.2.2 Todos os licitantes cadastrados/credenciados, inclusive aqueles não beneficiados pela LC 123/2006, poderão dar lance no lote/item exclusivo.

6.2.3 Não havendo lance por microempresa e/ou empresa de pequeno porte, poderá, a licitante melhor classificada no lote/item de ampla concorrência, absorver o lote/item exclusivo, desde que mantenha o mesmo valor de lance em ambos os lotes.

6.3 Não havendo interesse na absorção do lote exclusivo, este ficará fracassado.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

7.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do Sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

7.1.1 O sistema de licitações estará disponível no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/> ou <http://e-lic.ciasc.gov.br/>, na área de acesso restrito.

7.2 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital.

7.2.1 Quando a licitante for beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei.

7.2.2 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.

7.2.3 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



7.2.4 A licitante não poderá se identificar (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.) nesta proposta comercial, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

7.2.4.1 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa na desclassificação direta da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

7.3 Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.4 As licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 As licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

7.6 O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedores terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

## 8. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1 Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

8.2 Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

8.3 O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

8.4 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

## 9. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

9.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes interessadas deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

9.2 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3 As licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

9.4 A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

9.5 Quando solicitada sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica **deverá ser encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo anexo:**

a) Para o **LOTE**, os **preços unitários dos itens**, expresso em reais, com, no máximo, duas casas decimais, no campo "valor da proposta";

b) **Deverá** ser indicada a **marca e modelo** do objeto cotado no campo correspondente ao item, bem como todas as **demais especificações contidas** no Termo de Referência (Anexo I).

9.5.1 A proposta deverá ser anexada no Portal de Compras quando estiver prevista sua obrigatoriedade no Termo de Referência;

9.5.2 **Caso seja solicitado, conforme Anexo III** – modelo de proposta eletrônica de preços deverá ser indicado o fabricante/representante, procedência e/ou modelo do objeto cotado no campo correspondente a cada item, sob pena de desclassificação;

9.5.3 A licitante interessada em participar desta licitação deverá cadastrar, **informar e manter endereço eletrônico (e-mail)**, para fins de comunicação com a Polícia Militar, até a finalização do processo licitatório e, ou, eventual contrato, ordem de serviço, autorização de fornecimento ou ata de registro de preços. O endereço eletrônico informado será o canal de comunicação entre a PMSC e a contratada para todas e eventuais comunicações, inclusive, para eventuais esclarecimentos, recebimentos do Formulário de Solicitação de Esclarecimentos e Providências (Anexo XII), Processos Administrativos por Inadimplência contratual e soluções.

9.5.4 A proposta de preços com base nas especificações constantes deste edital estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, que contém, **obrigatoriamente**, a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

9.5.5 Ao formular e encaminhar a proposta de preços, no idioma e na moeda oficial do Brasil, a licitante deverá estar ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste

Edital, notadamente no Anexo I, a obrigatoriedade de indicar uma única marca/modelo do produto ofertado em cada item que apresentar cotação de preço.

9.6 As licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro Geral de Fornecedores, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

9.7 Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.

9.7.1 Excluem-se da exigência:

a) As empresas catarinenses, que devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

b) As demonstrações de custos referentes ao IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido).

9.8 A licitante vencedora do certame, quando houver Cotação de Proposta por Lote, deverá ajustar sua proposta **no Sistema eletrônico**, após a adjudicação, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da convocação do pregoeiro ou equipe de apoio.

9.8.1 O prazo estabelecido somente poderá ser prorrogado a critério da administração ou mediante solicitação, devidamente justificada, sob pena de desclassificação, constatado o prejuízo ao processo licitatório.

9.9 Após a contratação, na entrega do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no Anexo I do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.

9.10 O prazo máximo de entrega do objeto será aquele previsto no anexo I. Em caso de omissão, considerar-se-á o prazo aceito pela contratada.

## 10. DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

10.1 A partir do horário previsto no edital terá início à sessão pública do pregão eletrônico, momento em que o Sistema disponibilizará campo próprio (*CHAT*) para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.2 O pregoeiro verificará as propostas eletrônicas de preços apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.2.1 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.1.1 O fornecedor que tiver a sua proposta desclassificada, terá o tempo de 5 (cinco) minutos para solicitar reconsideração, findo o qual, o pregoeiro irá analisar a justificativa, fundamentando sua decisão.

10.2.2 O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

10.2.3 As propostas apresentadas com o mesmo valor, serão ordenadas automaticamente pelo sistema, por meio de sorteio eletrônico.

10.2.4 O pregoeiro poderá solicitar o detalhamento das propostas via *CHAT* para permitir a correta identificação da proposta.

10.3 A partir do horário previsto no edital o pregoeiro dará início à fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via *CHAT*.

10.3.1 O pregoeiro abrirá o item/lote quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do Sistema eletrônico.

10.3.2 Será considerado como primeiro lance a proposta inicial apresentada.

10.4 As licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, visualizando seu horário e valor no link “histórico de lances”.

10.5 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, inferiores ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

10.5.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro.

10.6 Somente a licitante de menor lance dentre os ofertados, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone “troféu”.

10.7 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

10.8 Será desclassificada a licitante que se identificar durante a etapa de lance.

- 10.8.1 O Sistema não identificará os autores dos lances, podendo visualizar valores e horários registrados no link “histórico de lances”.
- 10.9 O pregoeiro abrirá os itens/lotos para a recepção de lances, conforme estabelecido no edital.
- 10.9.1 Após aberto os itens/lotos da sessão pública para disputa, a recepção de lances terá duração mínima de 5 (cinco) minutos e será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 10.9.2 O Sistema eletrônico emitirá aviso de fechamento iminente dos lances após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 10.9.3 Depois de encerrados, automaticamente, os itens/lotos para a recepção de lances, por comando do pregoeiro, encerrar-se-á a fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via *CHAT* iniciando as fases de negociação, aceitabilidade e habilitação.
- 10.10 O Sistema, automaticamente, verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006. Na sequência o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 10.10.1 Poderá o pregoeiro, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo Sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 10.10.2 A negociação será realizada por meio do Sistema de troca de mensagens (*CHAT*), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.10.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada (para microempresa e empresa de pequeno porte) e a cota principal/livre participação, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço cotado.
- 10.11 Ocorrendo o empate técnico será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 10.11.1 Entende-se por empate técnico aquelas situações em que as propostas/lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificada. Conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
- 10.11.2 Ocorrendo o empate técnico, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) o Sistema aplicará automaticamente o benefício da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei;
  - b) o Sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, momento que abrirá campo para recepção de lances, para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame (no prazo máximo de 5 (cinco) minutos sob pena de preclusão), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto lícitado;
  - c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
  - d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.12 O disposto no subitem 10.11 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 10.13 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 10.11, o objeto lícitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 10.14 – Sendo primeira colocada do item ou lote empresa que se enquadra na isenção de ICMS, prevista no convênio nº 26/03, esta deverá informar a respectiva alíquota, via comunicação “CHAT”, depois de encerrada a disputa de lances.
- 10.15 Após encerramento da sessão, quando houver cotação de proposta por lote, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, sem a incidência do ICMS (valor líquido), no prazo de 1 dia útil, contado da data de encerramento da sessão, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal, observado o que consta no subitem 2.2.
- 10.15.1 Após o encerramento da fase de lances, antes da habilitação, quando a licitação for cotada por LOTE, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, sem a incidência do ICMS (valor líquido), após a convocação do Pregoeiro, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal, observado o que consta no subitem 2.2.
- 10.16 Os licitantes que se utilizarem da base de cálculo do ICMS reduzida, deverão comprovar por meio de documento, expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda nos termos do RICMS/SC, que fruem do Benefício Fiscal.

10.17 A alíquota do ICMS a ser aplicada será aquela fixada para as operações internas de origem, conforme disposto no art. 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

10.18 Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site [www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br);

10.19 Quando houver exigência de amostra(s) prevista(s) no Anexo I, a licitante melhor classificada será convocada a apresentá-la(s) dentro do prazo estipulado, interrompendo assim o certame para análise e posterior confecção do(s) parecer(es) técnico(s).

10.20 Se o parecer técnico, devidamente assinado pelo pessoal responsável pela análise, apontar aprovação da(s) amostra(s), o processo passará à fase de habilitação.

10.21 Se a(s) amostra(s) for(em) reprovada(s) será chamada a segunda colocada do certame e assim sucessivamente, abrindo-se, novamente, o prazo previsto no Anexo I para a entrega da(s) amostra(s).

10.22 Iniciada a etapa de habilitação da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas no item 11 deste edital.

10.23 O Sistema anunciará a licitante vencedora após adjudicação, ou, quando houver recursos, após a homologação.

10.24 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.

10.25 Após encerramento da sessão a licitante vencedora do lote, deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, no prazo de 1 dia útil, contado da data de encerramento da sessão, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal.

## **11 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

11.1 Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF:

11.1.1 A habilitação dos licitantes será analisada por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, emitido pela DGMS – Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, para verificação da regularidade nos documentos por ele abrangidos, devendo apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas.

11.1.2 O pregoeiro ou equipe de apoio verificará, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova.

11.2 Os documentos exigidos para habilitação e que não estejam contemplados no CCF, deverão ser apresentados por meio eletrônico, após convocação do pregoeiro no Sistema eletrônico.

11.3 Da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte:

11.3.1 O CCF das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentar situação cadastral com alguma restrição nos documentos correspondentes a regularidade fiscal por ele abrangidos, o pregoeiro ou equipe de apoio comunicará por meio eletrônico, a obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.3.1.1 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentem restrição no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF poderá ser comprovada com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.3.2 O prazo para a regularização e envio da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, corresponderá de início o momento em que o proponente for considerado inabilitado do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

11.3.3 A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

11.4 Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos deverão apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

11.5 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



11.6 Os documentos quando solicitados por meio eletrônico, poderão ser inseridos como Anexos no Sistema eletrônico ou pelo endereço de e-mail informado pelo pregoeiro.

11.7 O pregoeiro fará, durante a fase de habilitação, a verificação por meio de consulta online.

11.7.1 Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) ([www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br)).

11.8 A licitante melhor classificada, durante a fase de habilitação, deverá, obrigatoriamente, enviar por meio eletrônico ou pelo endereço eletrônico informado pelo pregoeiro:

11.8.1 Quando exigido em Lei, o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O balanço das Sociedades Anônimas ou por Ações, deverá ser apresentado em publicação do "Diário Oficial", as demais empresas deverão apresentar fotocópias autenticadas das folhas do livro "Diário" onde o balanço se acha regularmente transcrito (com fotocópias autenticadas da página de abertura e da página de fechamento desse Livro Diário),

11.8.2 A boa situação financeira da empresa poderá ser comprovada através dos seguintes itens definidos no balanço patrimonial.

11.8.3 Para todas as naturezas de contratação, cálculos dos seguintes índices, provenientes de dados do balanço do último exercício financeiro, conforme segue:

### **ÍNDICES MAIORES OU IGUAIS A 1 (UM) QUANTO A:**

#### **1) LIQUIDEZ GERAL ILG**

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo Prazo}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

#### **2) LIQUIDEZ CORRENTE ILC**

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

#### **3) SOLVÊNCIA GERAL ISG**

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes

#### **Justificativa da adoção dos índices:**

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices colacionados (ILG, ILC e ISG), o resultado "> 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa, assim:

- < (menor) que 1,00: Deficitária
- de 1,00 a 1,35: Equilibrada
- (maior) que 1,35: Satisfatória

Diante de todo o exposto, concluiu-se pela adoção dos índices que retratam situação financeira equilibrada e que aumentam consideravelmente o universo de competidores.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

11.8.4 Nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços será exigido, alternativamente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

11.8.4.1 O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o subitem anterior não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

11.8.4.2 Conforme artigo 3º do Decreto Federal nº 8.538, de 06/10/2015, na habilitação, em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida, da microempresa ou da empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

11.8.5 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove condições para atendimento das prescrições do presente Edital;

11.8.5.1 A exigência do atestado de capacidade justifica-se para comprovar que a empresa fornecedora tem experiência em executar serviços ou consegue entregar produtos semelhantes ao objeto do edital.

11.8.6 As seguintes declarações, de preferência, em corpo (folha) único, conforme Anexo IX:

a) Negativa de infringência ao Art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

b) De atendimento a Lei Estadual nº 10.732, de 07/04/1998, de que a empresa cumpre as normas de Saúde e Segurança do Trabalho;

## 12 DOCUMENTOS ADICIONAIS E AMOSTRAS

12.1 Documentos adicionais, tais como certidões, prospectos, laudos, atestados e registros entre outros e ou amostra, quando exigidos, deverão atender todas as condições estabelecidas no edital.

12.2 Os documentos deverão ser apresentados na língua nacional do Brasil, ou original traduzido por tradutor oficial, por meio eletrônico, após convocação do pregoeiro via "CHAT", em até 30 (trinta) minutos, inseridos como anexos no Sistema eletrônico ou no endereço eletrônico informado pelo pregoeiro.

12.3 Após o envio dos documentos o pregoeiro verificará nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, os documentos correspondentes, constituindo meio legal de prova.

12.4 A empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, enviar, por meio eletrônico, as informações constantes do Anexo VI, pelo Sistema eletrônico ou pelo endereço informado pelo pregoeiro, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da data da convocação do pregoeiro.

12.5 Na entrega do objeto a Contratante poderá solicitar *documentos adicionais*, tais como laudos, certificados e ensaios, desde que previstos no edital.

12.6 *Quanto às amostras e/ou laudos, a sua exigência, momento prazo de entrega, estão previstos no Anexo I deste Edital.*

## 13 JULGAMENTO

13.1 Será considerada primeira classificada a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos em conformidade com este edital, apresentar o "MENOR PREÇO DO LOTE/ITEM", conforme Anexos I e II.

13.2 Se a licitante primeira classificada, após a fase de negociação, quando solicitado, não apresentar documento adicional e/ou amostra, e, quando apresentado, os mesmos não atenderem ao exigido no edital a licitante terá sua proposta desclassificada.

13.3 Se a licitante primeira classificada não apresentar a situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante.

13.4 No caso do subitem 13.2 e 13.3, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

13.5 Quando na especificação do objeto forem estabelecidas medidas aproximadas, no julgamento serão adotadas as variações admitidas pela ABNT, limitados à margem superior ou inferior de 10% (dez por cento).

13.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

13.7 Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

## 14 DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 – Qualquer pessoa, até dois dias úteis à abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos [www.portaldecompras.sc.gov.br](http://www.portaldecompras.sc.gov.br) ou <http://e-lic.sc.gov.br> selecionando painel de controle botão Impugnações.

14.2 O fornecedor cadastrado e qualificado para fornecimento do objeto (grupo-classe) correspondente, poderá também realizar o acesso restrito com *login* e *senha* clicando diretamente no link do processo para impugnações, selecionando painel de controle botão Impugnações.

14.3 O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação, inserir anexos imediatamente antes de fechar a janela.

14.3.1 As impugnações registradas no Sistema constituem meio legal de prova, desde que devidamente assinada, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

14.4 Caso efetuem impugnações sem o uso do Sistema, estas deverão estar dirigidas à autoridade superior, subscritas por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo proponente, sendo obrigatório protocolo no prazo legal.

14.4.1 Deverão ser apresentadas em envelope fechado (preferencialmente opaco), de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta.

14.5 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.

14.6 Após a fase de habilitação, encerrados os itens/lotes e declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, de forma imediata e motivada, em campo próprio do Sistema, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

14.6.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 14.6, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.6.2 Para fins deste edital considera-se “imediata”, a manifestação realizada no prazo de 30 (trinta) minutos, contados a partir do encerramento da fase de habilitação.

14.7 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir anexos antes de fechar a janela.

14.8.1 Os recursos registrados no Sistema constituem meio legal de prova.

14.9 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.10 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata via *CHAT* e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## 15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologado o procedimento licitatório a Polícia Militar/SC convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços.

15.2 Considerando que o Sistema eletrônico utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame implicando também a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao presente processo, à assinatura da Ata de Registro de Preços será substituída e firmada nos termos do ANEXO X (Termo de aceite da Ata de Registro de Preços).

15.2.1 A empresa DECLARA por fim, que o Termo de aceite da Ata de Registro de Preços supre a assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços do pregão eletrônico nº **36/PMSC/2022**, surtindo efeitos jurídicos.

15.2.2 O **ANEXO X** (Termo de aceite da Ata de Registro de Preços) deverá ser devolvido à Administração, por intermédio de correio eletrônico (*e-mail*), no endereço [dalfdilic@pm.sc.gov.br](mailto:dalfdilic@pm.sc.gov.br), no prazo de 01 (um) dia útil após o recebimento da cópia da Ata de Registro de Preços.

15.2.3 O licitante que, convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fazê-la no prazo fixado, dela será excluído, na forma do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente e no edital da licitação.

15.3 Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura da Ata de Registro de Preços, a Polícia Militar/SC cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e neste edital.

15.4 Se a licitante vencedora, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

15.5 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

15.6 A minuta da Ata de Registro de Preços, **ANEXO VII**, é parte integrante deste edital.

## 16 DA EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 A Ata de Registro de Preços somente será utilizada pela Polícia Militar/SC.

16.2 A existência de preços registrados não obriga a Polícia Militar/SC a firmar as contratações que deles podem advir.

16.3 Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus Anexos e também na

proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

16.3.1 A Polícia Militar/SC não está obrigada a contratar a totalidade dos quantitativos previstos na ata, podendo contratar de forma parcelada, de acordo com as suas necessidades.

**16.4 Da alteração da Ata de Registro de Preços:**

16.4.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.4.1.1 O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

16.4.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento do objeto registrado, cabendo à Polícia Militar/SC, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

16.4.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Polícia Militar/SC, deverá:

16.4.3.1 Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

16.4.3.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

16.4.3.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.4.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Polícia Militar/SC, poderá:

16.4.4.1 Negociar os preços;

16.4.4.2 Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

16.4.4.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.4.5 Não havendo êxito nas negociações, a Polícia Militar/SC deverá revogar a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.4.6 É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.5 A empresa vencedora deverá manter atualizado um endereço eletrônico, que será o canal de comunicação com a PMSC.

16.5.1 Este e-mail deverá estar na proposta e nos documentos informados para contratação;

16.5.2 É de inteira responsabilidade da empresa vencedora manter o monitoramento do e-mail informado, pois a contagem de prazo de entrega será iniciada a contar de 01 (dia) útil após o envio da Autorização de Fornecimento, independente do fato da empresa ter devolvido ou não o Termo de Aceite de Autorização de Fornecimento.

## **17 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

17.1 O Fornecedor terá seu registro cancela do quando:

17.1.1 não retirar o respectivo contrato, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.1.2 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

17.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

17.1.4 tiver presentes razões de interesse público.

17.2 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Polícia Militar/SC.

17.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante e a obediência à legislação.

## **18 DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1 Nos termos do art. 22, do Decreto Federal 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da Unidade ESTADO DE SANTA CATARINA – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no citado Decreto e na Lei Federal nº 8.666/1993.



18.2 A Polícia Militar de Santa Catarina será responsável pelo gerenciamento, orientação e controle do presente sistema de registro de preços.

18.3 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

18.3.1 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem acima fica condicionada, a elaboração de estudos preliminares, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, em que constem as especificidades do objeto que se pretenda adquirir, com a demonstração de sua adequação às suas necessidades, inclusive no que tange a prazos, quantidade e qualidade.

18.4 Caberá ao fornecedor beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata assumidas com a Unidade Gerenciadora e com as unidades participantes.

18.5 As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ARP para a Unidade Gerenciadora e as unidades participantes.

18.6 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para a Unidade Gerenciadora e as unidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entes não participantes aderentes.

18.7 Após a autorização da Unidade Gerenciadora, a unidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

18.8 Compete a unidade não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento, pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à Unidade Gerenciadora.

## **19 DA CONTRATAÇÃO**

19.1 Da convocação para assinatura do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento (AF):

19.1.1 A Polícia Militar/SC enviará por intermédio de correio eletrônico (*e-mail*) cópia da Autorização de Fornecimento (AF), contendo as Notas de Empenho devidamente assinadas pela autoridade competente, bem como o Relatório de Autorização de Fornecimento/Contrato e Termo de Aceite da Autorização de Fornecimento (última página do relatório).

19.1.2 O Termo de Aceite da Autorização de Fornecimento (**ANEXO XI**) deverá ser encaminhado, devidamente assinado pela contratada, à PMSC, por correio eletrônico (*e-mail*) no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contados a partir do envio da cópia desta AF.

19.1.3 Não havendo manifestação e devolução do Termo de Aceite da Autorização de Fornecimento (Anexo XI) assinada pela licitante, a PMSC considerará o documento como recebido, iniciando a contagem do prazo de entrega a partir do envio de cópia da AF para o e-mail da licitante, constituindo recusa injustificada.

19.1.4 Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura da Autorização de Fornecimento/Contrato, a contratante cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e neste edital.

19.1.5 Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, obedecida a legislação vigente nos demais termos e condições.

19.2 É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei nº 16.493/2014.

### **19.3 Da rescisão contratual**

19.3.1 A rescisão do Contrato/Autorização de fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.3.1.1 Da rescisão contratual decorrerá o direito de a contratante, incondicionalmente, reter os créditos relativos ao Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

19.3.2 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 e neste edital.

### **19.4 Dos direitos da Administração**

19.4.1 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma

estabelecida no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### **19.5 Da execução do Contrato/Autorização de Fornecimento**

19.5.1 São partes integrantes do Contrato/Autorização de Fornecimento a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

19.5.2 Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

19.5.3 São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

19.5.4 A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

### **19.6 Da alteração do Contrato/Autorização de Fornecimento**

19.6.1 O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19.6.1.1 A contratada fica obrigada a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários até 25% do valor atualizado do Contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

### **19.7 Da vigência do Contrato/Autorização de Fornecimento**

19.7.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

### **19.8 Da fiscalização do Contrato**

19.8.1 A fiscalização, aceitação e rejeição do objeto adquirido, pelo órgão Contratante, deverá atender ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

## **20 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

20.1 O pagamento correrá à conta dos seguintes recursos:

**Orçamento: R\$ 611.250,00**

**Subação: 4072**

**Fonte: 111000036**

**Elemento de despesa: 33903016**

## **21 DO PAGAMENTO DAS DESPESAS**

21.1 As despesas resultantes do presente pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

21.1.1 Em sendo vencedora licitante catarinense, para a emissão da nota fiscal será observado o valor cotado sem a incidência do ICMS.

21.1.2 O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

21.2 O pagamento será:

21.2.1 Realizado por intermédio do Banco do Brasil, em conformidade com o inciso II do art 55 c/c o inciso XIV do art. 40 da Lei Federal 8.666/93, até o **30º (trigésimo) dia subsequente ao fornecimento e/ou prestação dos serviços**, contados da data de aceite final do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Recebimento de Materiais da PMSC, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Fundo de Melhoria da Polícia Militar/FUMPOM, devendo constar também o número da licitação, Contrato, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão de Débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- A não-apresentação dos documentos enunciados no subitem anterior implicará na suspensão do pagamento até sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

21.2.2 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para ao Centro de Armazenamento e Distribuição, através do endereço eletrônico e-mail: [dalfcadch@pm.sc.gov.br](mailto:dalfcadch@pm.sc.gov.br).

21.2.2.1 Dúvidas referentes ao preenchimento e pagamento da Nota Fiscal deverão ser dirigidas e dirimidas junto à Seção de Tesouraria da DALF, através do endereço eletrônico e-mail [dalf3aux@pm.sc.gov.br](mailto:dalf3aux@pm.sc.gov.br) ou [dalf3ch@pm.sc.gov.br](mailto:dalf3ch@pm.sc.gov.br).

21.2.3 A nota fiscal modelo 1 ou 1-A, deve, obrigatoriamente, ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009. (Informações no site <http://nfe.sef.sc.gov.br>).

21.3 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

21.4 O pagamento da fatura será susinado se verificada execução defeituosa do Contrato e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

21.5 A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

21.6 Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Contratante, sem que haja culpa da Contratada, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## 22 DAS SANÇÕES

22.1 As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

- 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- 10% em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

22.2 Suspensão:

22.2.1 A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- não celebrar o Contrato;
- deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- não mantiver a proposta;
- falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- cometer fraude fiscal.

22.3 Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

22.4 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

22.5 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

22.6 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 23 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 Qualquer interessado na licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet acessando o endereço eletrônico [www.portaldecompras.sc.gov.br](http://www.portaldecompras.sc.gov.br) clicando diretamente no link do edital.

23.2 Informações e esclarecimentos sobre o edital serão prestado por meio de e-mail: [dalfdilic@pm.sc.gov.br](mailto:dalfdilic@pm.sc.gov.br) ou no seguinte endereço: Divisão de Licitação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, na Av. Rio Branco, 1064 – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015-204, no horário das 13:00 às

19:00, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para abertura da sessão.

23.3 Cópia deste edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados, no endereço eletrônico <http://www.pm.sc.gov.br/>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>, ou ainda na Divisão de Licitação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, na Av. Rio Branco, 1064 – Centro – Florianópolis – SC, mediante o recolhimento de taxa no valor de R\$ 0,16 (dezesesseis centavos) por folha, por intermédio do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE – SC (<http://www.sef.sc.gov.br/>), código da receita 5703, obedecendo o horário bancário.

23.4 Cópia do processo licitatório poderá, por qualquer interessado, ser obtida por meio de acesso ao portal do SGP-e (<https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento/consProcessoSEASC.do>), informando para consulta os seguintes dados: **Órgão: PMSC Nº de identificação (SGP-e): 3841/2022.**

23.5 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização.

23.7.1 Após a contratação, na entrega do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no Anexo I do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.

23.8 Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital.

23.9 A PMSC, através do Sr Diretor de Apoio Logístico e Finanças, poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.10 O presente edital e seus anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais.

23.10.1 Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site <http://www.pm.sc.gov.br/>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>, e ainda, enviadas aos interessados registrados.

As licitantes devem declarar que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nº 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis, conforme Anexo IX.

23.10.2 Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

23.10.3 Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

23.10.4 Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

23.11 A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.12 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis-SC, 24 de março de 2022.

**André Cartaxo Esmeraldo**  
**Coronel PM Diretor da DALF/PMSC**



**ANEXO I****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022  
PROCESSO SGP-e 3841/2022**



Pregão Eletrônico nº 0036/2022

ANEXO I

Quadro de Quantitativos e Especificações do(s) Lote(s)

Lote I - Grampeador - Lote exclusivo para ME/EPP

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
1	1001	07732-1-026	Grampeador para papéis Multiuso tamanho pequeno - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	1.000

Lote II - Bobina para Impressora (75%)

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
2	6113	03459-2-026	Bobina de papel Termico tamanho 80x20 LEOPARDO (Mobile)	Peça	37.500
3	6113	03459-2-029	Bobina de papel Termico 76x30mm para impressora portatil Zebra (MOBILE)	Peça	750

Lote III - Bobina para Impressora (25%) - Lote exclusivo para ME/EPP

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
4	6113	03459-2-026	Bobina de papel Termico tamanho 80x20 LEOPARDO (Mobile) - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	12.500
5	6113	03459-2-029	Bobina de papel Termico 76x30mm para impressora portatil Zebra (MOBILE) - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	250

Lote IV - Envelope - Lote exclusivo para ME/EPP

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
6	1002	00802-8-005	Envelope Na cor parda formato saco medindo 162 x 229 mm - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	15.000
7	1002	00802-8-123	Envelope Cor parda formato saco medindo 260x360 mm - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	20.000
8	1002	00802-8-109	Envelope Tamanho aproximado de 310 x 410 mm, em papel pardo - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	12.000
9	1002	00802-8-080	Envelope Oficio, branco 229x114mm - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	4.000



Pregão Eletrônico nº 0036/2022

ANEXO I

Quadro de Quantitativos e Especificações do(s) Lote(s)

Lote V - Capa de Chuva (75%)

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
10	2001	06925-6-001	Capa para chuva Plastica,transparente descartavel	Peça	15.000

Lote VI - Capa de Chuva (25%) - Lote exclusivo para ME/EPP

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
11	2001	06925-6-001	Capa para chuva Plastica,transparente descartavel - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	5.000

Lote VII - Caneta e apagador para quadro branco - Lote exclusivo para ME/EPP

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
12	1001	00577-0-003	Caneta marcador para quadro branco Na cor preta - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	2.000
13	1001	00577-0-002	Caneta marcador para quadro branco Na cor azul - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	2.000
14	1003	00834-6-003	Apagador Para quadro branco * - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	400

Lote VIII - Fita Gomada - Lote exclusivo para ME/EPP

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
15	1001	10165-6-006	Fita Gomada - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	100

Lote IX - Cartolina - Lote exclusivo para ME/EPP

Item	Grupo/Class	Código	Produto - Características Mínimas	Unidade	Quantidade
16	1002	07742-9-007	Cartolina Cores diversas Cartolina 50x66mm 150g (amarela, verde e azul) - Item exclusivo para ME/EPP	Folha	6.000



**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA PMSC POR MEIO DE CONVÊNIOS E PELO FUMPOM ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

**1. OBJETO E QUADRO DE QUANTITATIVOS**

O presente Termo de Referência tem por objetivo o registro de preços para futura e eventual aquisição de Material de Expediente por meio de Convênios e pelo FUMPOM para atender a demanda das unidades da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, conforme especificações deste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	TOTAL
1	Grampeador tamanho pequeno	UN	1000
2	Bobina para impressora 80x20 LEOPARDO(Mobile)	UN	50000
3	Bobina para impressora 76x30 ZEBRA (Mobile)	UN	1000
4	Envelope cor parda formato saco medindo 162x229mm - pequeno	UN	15000
5	Envelope cor parda formato saco medindo 260x360mm-médio	UN	20000
6	Envelope cor parda formato saco medindo 310x410mm - grande	UN	12000
7	Envelope ofício branco 229x114mm	UN	4000
8	Capa de chuva descartável	UN	20000
9	Caneta cor Preta para quadro branco	UN	2000
10	Caneta cor Azul para quadro branco	UN	2000
11	Apagador para quadro branco	UN	400
12	Fita Gomada (CRAFT)	UN	100
13	Cartolina 50x66cm 150g (amarela, verde e azul)	UN	6000

**2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO**

Necessidade de aquisição dos referidos materiais para emprego no serviço administrativo das unidades policiais militares, suprimindo suas respectivas demandas.

**3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA DOS OBJETOS**





**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

Item	Material	Lote	Nº ET
1	Grampeador tamanho pequeno	I	001
2	Bobina para impressora 80x20 LEOPARDO(Mobile)	II	002
3	Bobina para impressora 76x30 ZEBRA (Mobile)	II	003
4	Envelope cor parda formato saco medindo 162x229mm - pequeno	III	004
5	Envelope cor parda formato saco medindo 260x360mm-médio	III	004
6	Envelope cor parda formato saco medindo 310x410mm - grande	III	004
7	Envelope ofício branco 229x114mm	III	005
8	Capa de chuva descartável	IV	006
9	Caneta cor Preta para quadro branco	V	007
10	Caneta cor Azul para quadro branco	V	007
11	Apagador para quadro branco	V	008
12	Fita Gomada (CRAFT)	VI	009
13	Cartolina 50x66cm 150g (amarela, verde e azul)	VII	010

#### 4. GARANTIA DOS PRODUTOS

4.1 O período de garantia dos produtos deverá ser conforme estabelecido nas Especificações Técnicas (ET's) anexas, contados a partir da data de emissão do comprovante de recebimento definitivo.

#### 5. AMOSTRAS

5.1. A(s) licitante(s) melhor(es) classificada(s) será(ão) convocada(s) para apresentar(em), em até **10 (dez) dias** úteis uma amostra de cada item relacionado abaixo, de acordo com as especificações técnicas exigidas:

ITEM	MATERIAL	UND	QTD
1	Grampeador tamanho pequeno	UN	01
2	Bobina para impressora 80x20 LEOPARDO (Mobile)	UN	01
3	Bobina para impressora 76x30 ZEBRA (Mobile)	UN	01
4	Envelope cor parda formato saco medindo 162x229mm - pequeno	UN	01
5	Envelope cor parda formato saco medindo 260x360 mm-médio	UN	01
6	Envelope cor parda formato saco medindo 310x410mm - grande	UN	01

2 de 19

Centro de Armazenamento e Distribuição da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Endereço: Rua Heriberto Hulse, 365 - Barreiros - São José - CEP 88111-100

(48) 3665-4787 - Fax (48) 3665-4783 E-Mail: [dalfcadespec@pm.sc.gov.br](mailto:dalfcadespec@pm.sc.gov.br) - Home Page: [www.pm.sc.gov.br](http://www.pm.sc.gov.br)



**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>7</b>	Envelope ofício branco 229x114mm	UN	01
<b>8</b>	Capa de chuva descartável	UN	01
<b>9</b>	Caneta cor Preta para quadro branco	UN	01
<b>10</b>	Caneta cor Azul para quadro branco	UN	01
<b>11</b>	Apagador para quadro branco	UN	01
<b>12</b>	Fita Gomada (CRAFT)	UN	01
<b>13</b>	Cartolina 50x66cm 150g (amarela, verde e <b>azul</b> )	UN	01

## **6. ENTREGA DAS AMOSTRAS – LOCAL:**

- 6.1 A(s) amostra (s) e Laudo (s) deverá(ão) ser entregue (s) no Almoxarifado-Geral da PMSC (CAD), sito na Rua Heriberto Hulse, nº 365, Bairro Barreiros, São José/SC, CEP 88111-100, fone: (48) 3665-4787 e 3665-4784, no horário das 13h00min às 18h00min;
- 6.2 O Almoxarifado do CAD fará a análise das respectivas amostras e laudos, emitindo os **pareceres técnicos**, os quais deverão ser entregues na Seção de Licitação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, situada na Av. Rio Branco, 1064 – Centro – Florianópolis-SC – CEP 88015-204;
- 6.3 Se o **parecer técnico**, devidamente assinados pelo pessoal responsável junto ao Almoxarifado apontar a aprovação da amostra o processo seguirá para a contratação.
- 6.4 Se a amostra estiver reprovada será chamada a segunda colocada do certame e assim sucessivamente, abrindo-se novamente o prazo de **10 (dez) dias** úteis para a entrega.
- 6.5 No prazo descrito acima será admitida a apresentação de amostras e laudos, a critério da vencedora, até o atendimento das condições editalícias, desde que em tempo hábil para análise;

## **7 ENTREGA APÓS AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:**

Os objetos da presente licitação deverão ser entregues no **prazo máximo de 40 (quarenta) dias corridos**, contados do recebimento da ordem de fornecimento, prazo este que poderá ser prorrogado a critério da administração, sendo tais prazos registrados e acompanhados pelo SETOR DE ESPECIFICAÇÃO DO CAD. O prazo total para o



**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

fornecimento, somado ao transporte, não poderá ser superior a 40 (quarenta) dias, contados da ordem de fornecimento;

## **8 LOCAL DE ENTREGA**

**8.1** O(s) produto(s) cotado(s) pela(s) licitante(s) vencedora/fornecedora(s) deverá(ão) ser entregue(s) no Almoxarifado-Geral da PMSC (CAD), sito na Rua Heriberto Hulse, nº 365, Bairro Barreiros, São José/SC, CEP 88111-100, fone: (48) 3665-4787/4784, no horário das 13h00min às 18h00min;

## **9 ESTIMATIVA DE VALOR**

O valor estimado para este Registro de Preços é na ordem de **R\$ 611.250,00 (seiscentos e onze mil duzentos e cinquenta reais)**, conforme tabela abaixo:

Item	Discriminação do Objeto	Und.	Qtd.	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
1	Grampeador tamanho pequeno	UN	1000	R\$ 23,14	R\$ 23.140,00
2	Bobina para impressora 80x20 LEOPARDO(Mobile)	UN	50.000	R\$ 8,00	R\$ 400.000,00
3	Bobina para impressora 76x30 ZEBRA(Mobile)	UN	1.000	R\$ 8,24	R\$ 8.240,00
4	Envelope cor parda formato saco medindo162x229mm - pequeno	UN	15.000	R\$ 0,23	R\$ 3.450,00
5	Envelope cor parda formato saco medindo260x360 mm-médio	UN	20.000	R\$ 0,77	R\$ 15.400,00
6	Envelope cor parda formato saco medindo310x410mm -	UN	12.000	R\$ 0,89	R\$ 10.680,00
7	Envelope ofício branco 229x114mm	UN	4.000	R\$ 0,23	R\$ 920,00
8	Capa de chuva descartável	UN	20.000	R\$ 4,78	R\$ 95.600,00
9	Caneta cor Preta para quadro branco	UN	2.000	R\$ 9,82	R\$ 19.640,00
10	Caneta cor Azul para quadro branco	UN	2.000	R\$ 9,82	R\$ 19.640,00
11	Apagador para quadro branco	UN	400	R\$ 10,50	R\$ 4.200,00
12	Fita Gomada (CRAFT)	UN	100	R\$ 45,20	R\$ 4.520,00
13	Cartolina 50x66cm 150g (amarela, verde e azul)	UN	6000	R\$ 0,97	R\$ 5.820,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 611.250,00</b>	

## **10. DISPOSIÇÕES GERAIS**



**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

10.1 Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- a) Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
- b) Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
- c) Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- d) As normas técnicas específicas, se houver;
- e) As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;

10.2. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, levantar todas as questões necessárias ao desenvolvimento de seus trabalhos, a fim de não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

10.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções da presente especificação não poderão, jamais, constituir pretexto para a Contratada cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. A Contratada deverá ter computado no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto;

## **11. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO–FISCAL DO CONTRATO**

a) Representantes do Centro de Aprovisionamento e Distribuição (CAD):

**Nome:** Claudio Boing

Matrícula: 927223-2

Major PM Chefe CAD/DALF

**Nome:** Carolina Dias Lisboa

Matrícula: 927216-0

Sub Ten PM Aux. Esp. Téc. CAD/DALF

**Nome:** Jean Roger Rosar Pucci

Matrícula: 926538-4

2º Sgt PM Esp. Téc. CAD/DALF

## **12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

O pagamento com a execução do referido processo correrá pelo Item Orçamentário nº **33.90.30.23, Projeto/Atividade, Fontes de Recursos 111, 119, 169, 219, 269, 319, 669.**





**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

São José, 16 de março de 2022.

Jean Roger Rosar Pucci  
2º Sgt PM Esp. Téc. CAD/DALF

De acordo

Claudio Boing  
Maj PM Chefe CAD/DALF



**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>CENTRO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PMSC</b>	<b>DATA EMISSÃO: 04/01/2022</b>
<b>GRAMPEADOR DE MESA TAMANHO PEQUENO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 001/CAD/2022</b>
<b>Referência:</b>	<b>Atualizada em 04/01/2022</b>

**1. OBJETIVO:**

Especificar as características a serem seguidas pelas empresas fornecedoras para a aquisição GRAMPEADOR DE MESA PEQUENO

<b>Item</b>	<b>Material</b>	<b>Unidade</b>
1	Grampeador de mesa tamanho pequeno	peça

**2. ESPECIFICAÇÕES:**

Grampeador para papéis, composto de base e alavanca de pressão, confeccionados em chapa de aço carbono, pintada (pintura epóxi) ou esmaltada ou ainda cromada, sendo que a alavanca se constitui de um braço, com punção acoplado ao porta-grampas, este em material aço carbono, com avançador e guia reforçada por chapa frontal soldada, permitindo a recarga de grampas tipo 26/6, mediante separações articulada entre as partes. A base deverá ser provida de um fundo plástico antiderrapante, bem como uma chapa em aço carbono, na qual se apoiam os papéis a serem grampeados. Capacidade para grampear até 12 folhas de 75g/m², com base medindo entre 9 e 12 cm de comprimento. O material deve ser embalado em caixa individual, constando marca e fabricante.

**3. Amostra**

A licitante vencedora deverá apresentar antes da assinatura do contrato:

- Amostra do Grampeador de mesa tamanho pequeno

**4. Garantia:**

A garantia deverá ser de 90 dias contra defeitos de fabricação.



**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>CENTRO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PMSC</b>	<b>DATA EMISSÃO: 04/01/2022</b>
<b>BOBINA DE PAPEL TÉRMICO PARA IMPRESSORA PORTÁTIL MARCA LEOPARDO 80MM X 20 METROS (MOBILE)</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 002/CAD/2022</b>
<b>Referência:</b>	<b>Atualizada em 04/01/2022</b>

**1. OBJETIVO:**

Especificar as características e medidas necessárias a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição de Bobina de Papel Térmico para Impressora Portátil marca (LEOPARDO) 80mm x 20 Metros (Mobile).

<b>Item</b>	<b>Material</b>	<b>Unidade</b>
1	Bobina de Papel Térmico para Impressora Portátil marca (LEOPARDO) 80mm x 20 Metros (Mobile)	Peça

**2. ESPECIFICAÇÕES:**

**2.1 – PRODUTO**

Bobinas de papel térmico para impressora térmica portátil marca (Leopardo) personalizada com marca d'agua da Polícia Militar de Santa Catarina no verso, gramatura do papel de 56gr, na cor branca, com garantia de permanência dos dados impressos por no mínimo 5 anos, com 80mm de largura, 20 metros de comprimento.





**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

**3. Amostra**

A licitante vencedora deverá apresentar antes da assinatura do contrato:

- Amostra da Bobina de Papel Térmico para Impressora Portátil marca (LEOPARDO)  
80mmx 20 Metros (Mobile)

**4. Garantia:**

A garantia deverá ser de 90 dias contra defeitos de fabricação.

**IMAGEM ILUSTRATIVA**





**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>CENTRO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PMSC</b>	<b>DATA EMISSÃO: 10/01/2022</b>
<b>BOBINA DE PAPEL TÉRMICO PARA IMPRESSORA PORTÁTIL MARCA ZEBRA 76MM X 30 METROS (MOBILE)</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 003/CAD/2022</b>
<b>Referência:</b>	<b>Atualizada em 10/01/2022</b>

**1. OBJETIVO:**

Especificar as características e medidas necessárias a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição de Bobina de Papel Térmico para Impressora Portátil marca ZEBRA 76mm x30 Metros (Mobile).

<b>Item</b>	<b>Material</b>	<b>Unidade</b>
1	Bobina de Papel Térmico para Impressora Portátil marca ZEBRA 76mm x 30 Metros (Mobile)	Peça

**2. ESPECIFICAÇÕES:**

**2.1 – PRODUTO**

Bobinas de papel térmico para impressora térmica portátil marca (Zebra) personalizada com marca d'água da Polícia Militar de Santa Catarina no verso, gramatura do papel de 56gr, na cor branca, com garantia de permanência dos dados impressos por no mínimo 5 anos, com 76mm de largura, 30 metros de comprimento.







**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

**3. Amostra**

A licitante vencedora deverá apresentar antes da assinatura do contrato:

- Amostra da Bobina de Papel Térmico para Impressora Portátil marca ZEBRA 76mm x 30Metros (Mobile)

**4. Garantia:**

A garantia deverá ser de 90 dias contra defeitos de fabricação



**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>CENTRO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PMSC</b>	<b>DATA EMISSÃO: 04/01/2022</b>
<b>ENVELOPE TIPO SACO – KRAFT NATURAL 80G/M²</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 004/CAD/2022</b>
<b>Referência:</b>	<b>Atualizada em 04/01/2022</b>

**1. OBJETIVO:**

Especificar as características e medidas necessárias a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição de ENVELOPE TIPO SACO-KRAFT NATURAL

<b>Item</b>	<b>Material</b>	<b>Unidade</b>
1	Envelope tipo saco – kraft natural tamanho 162x229mm	peça
2	Envelope tipo saco – kraft natural tamanho 260x360mm	peça
3	Envelope tipo saco – kraft natural tamanho 310x410mm	peça

**2. ESPECIFICAÇÕES:**

Confeccionado em papel tipo kraft cor natural, 80g/m², com abertura pelo lado menor do retângulo.

<b>MEDIDAS(mm)</b>			
<b>Largura</b>	<b>Altura</b>	<b>Tolerância</b>	<b>Embalagem pacotes</b>
162	229	(+ ou - 2)	até 250 unidades
260	360	(+ ou - 2)	até 250 unidades
310	410	(+ ou - 2)	até 100 unidades

Os materiais devem ser acondicionados em pacotes conforme a tabela acima, devendo Constar a quantidade e/ou peso líquido.

**3. Amostra**

A licitante vencedora deverá apresentar antes da assinatura do contrato:

- Amostra do Envelope tipo saco – Kraft natural 80G/M²

**4. Garantia:**

A garantia deverá ser de 90 dias contra defeitos de fabricação.



**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>CENTRO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PMSC</b>	<b>DATA EMISSÃO: 04/01/2022</b>
<b>ENVELOPE DE OFÍCIO BRANCO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 005/CAD/2022</b>
<b>Referência:</b>	<b>Atualizada em 04/01/2022</b>

**1. OBJETIVO:**

Especificar as características a serem seguidas pelas empresas fornecedoras para a aquisição: ENVELOPE DE OFÍCIO BRANCO

<b>Item</b>	<b>Material</b>	<b>Unidade</b>
1	Envelope de ofício branco	peça

**2. ESPECIFICAÇÕES:**

2.1 Envelope ofício cor branca, papel com 75g/m².

<b>MEDIDAS(mm)</b>			
<b>Largura</b>	<b>Altura</b>	<b>Tolerância</b>	<b>Embalagem pacotes</b>
229	114	(+ ou - 2)	até 1000 unidades

2.2 Os materiais devem ser acondicionados em pacotes conforme a tabela acima, devendo constar a quantidade e/ou peso líquido.

**3. GARANTIA:**

a) A garantia deverá ser de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.

**4. AMOSTRA:**

A licitante deverá apresentar juntamente com a proposta:

- Amostra do Envelope ofício cor branca, papel com 75g/m².

**IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA**





**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>CENTRO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PMSC</b>	<b>DATA EMISSÃO: 04/01/2022</b>
<b>CAPA DE CHUVA DESCARTAVEL</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 006/CAD/2022</b>
<b>Referência:</b>	<b>Atualizada em 04/01/2022</b>

**1. OBJETIVO:**

Especificar as características e medidas necessárias a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição da Capa de Chuva descartável.

<b>Item</b>	<b>Material</b>	<b>Unidade</b>
1	Capa de Chuva Descartável	Peça

**2.ESPECIFICAÇÕES:**

- 2.1. Capa de chuva descartável, unissex, lisa, com capuz e manga comprida, fechada sem botões confeccionada em PEBD - Polietileno de baixa densidade acondicionada em uma embalagem plástica lacrada.
- 2.2. Capa de chuva adulto na cor padrão (transparente de tamanho único).
- 2.3. Espessura mínima de 3 Micras (0,03mm).
- 2.4. Tamanho: 1.20cm
- 2.5. Largura: 80cm

**3. GARANTIA:**

- a) A garantia deverá ser de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.

**4. AMOSTRAS:**

A Licitante tem dez (10) dias uteis para as amostras (amostras obrigatórios).

- Amostra da Capa de Chuva Descartável ofertada.



**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>CENTRO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PMSC</b>	<b>DATA EMISSÃO: 04/01/2022</b>
<b>CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 007/CAD/2022</b>
<b>Referência:</b>	<b>Atualizada em 04/01/2022</b>

**1. OBJETIVO:**

Especificar as características a serem seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição da CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO

<b>Item</b>	<b>Material</b>	<b>Unidade</b>
1	Caneta marcador para quadro branco cor azul	Peça
2	Caneta marcador para quadro branco cor preta	Peça
3	Caneta marcador para quadro branco cor vermelha	Peça

**2. ESPECIFICAÇÕES:**

Marcador com corpo anatômico (cilíndrico, cônico ou retangular), confeccionado em material plástico rígido, inquebrável, com tampa removível de pressão ou encaixe; ponta indeformável de fibra sintética apropriada, com extremidade arredondada, garantido firmeza e uniformidade na espessura do traçado que deve ser de aproximadamente 2mm.

O marcador deverá conter tinta atóxica de secagem rápida quando da aplicação, de fácil remoção a seco e sem deixar manchas.

Os materiais devem ser acondicionados em caixas com canetas de apenas uma cor, constando a marca, fabricante e demais informações exigidas na legislação em vigor.

**3. GARANTIA:**

a) A garantia deverá ser de 12 (Doze) meses contra defeitos de fabricação mantendo também sua forma de uso inalterada.

**4. AMOSTRA:**

A licitante deverá apresentar juntamente com a proposta:

- Caneta marcador para quadro branco ofertada.

**IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA**







**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>CENTRO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PMSC</b>	<b>DATA EMISSÃO: 04/01/2022</b>
<b>APAGADOR PARA QUADRO BRANCO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 008/CAD/2022</b>
<b>Referência:</b>	<b>Atualizada em 04/01/2022</b>

**1. OBJETIVO:**

Especificar as características a serem seguidas pelas empresas fornecedoras para a aquisição: APAGADOR DE QUADRO BRANCO.

<b>Item</b>	<b>Material</b>	<b>Unidade</b>
1	Apagador para quadro branco	Peça

**2. ESPECIFICAÇÕES:**

Apagador para quadro branco com corpo em plástico de alta resistência e base em feltrotratado, garantindo eficiência na hora de apagar.

<b>Comprimento</b>	<b>Largura</b>	<b>Tolerância</b>
14cm	4cm	+ ou – 3cm

**3. GARANTIA:**

a) A garantia deverá ser de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.

**4. AMOSTRA:**

A Licitante tem dez (10) dias úteis para a amostra obrigatória:

- Amostra do Apagador para quadro branco.

**IMAGEM ILUSTRATIVA**





**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>CENTRO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PMSC</b>	<b>DATA EMISSÃO: 04/01/2022</b>
<b>FITA GOMADA (CRAFT)</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 009/CAD/2022</b>
<b>Referência:</b>	<b>Atualizada em 04/01/2022</b>

**1. OBJETIVO:**

Especificar as características a serem seguidas pelas empresas fornecedoras para a aquisição: **FITA GOMADA (CRAFT)**

<b>Item</b>	<b>Material</b>	<b>Unidade</b>
<b>1</b>	<b>FITA GOMADA (CRAFT)</b>	<b>Peça</b>

**2. ESPECIFICAÇÕES:**

<b>Material</b>	<b>Comprimento</b>	<b>Largura</b>	<b>Tolerância</b>
Kraft Virgem de Fibras Longas	110m ou +	80mm	+/- 5%

**3. GARANTIA:**

b) A garantia deverá ser de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.

**4. AMOSTRA:**

A Licitante tem dez (10) dias úteis para as amostras (amostras obrigatórios):

- Amostra da fita gomada (CRAFT).

**IMAGEM ILUSTRATIVA**





**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

<b>CENTRO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PMSC</b>	<b>DATA EMISSÃO: 10/01/2022</b>
<b>CARTOLINA 50X66cm 150g</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 010/CAD/2022</b>
<b>Referência:</b>	<b>Atualizada em 10/01/2022</b>

**1. OBJETIVO:**

Especificar as características e medidas necessárias a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição de Cartolina amarela, verde e azul.

<b>Item</b>	<b>Material</b>	<b>Unidade</b>
<b>1</b>	Cartolina 50x66cm 150g – Cor Amarela	UN
<b>2</b>	Cartolina 50x66cm 150g – Cor Verde	UN
<b>3</b>	Cartolina 50x66cm 150g – Cor Azul	UN

**2. ESPECIFICAÇÕES:**

**2.1. Cartolina Escolar Avulsa 50 x 66cm:**

• **Descrição:**

- Cor: amarela, verde e azul;
- Gramatura: 150g /m²;
- Tamanho: 50cm x 66cm.

**3. Amostra**

A licitante vencedora deverá apresentar antes da assinatura do contrato:

- Amostra da Cartolina Avulsa (**na cor azul**) 50x66cm.

**4. Garantia:**

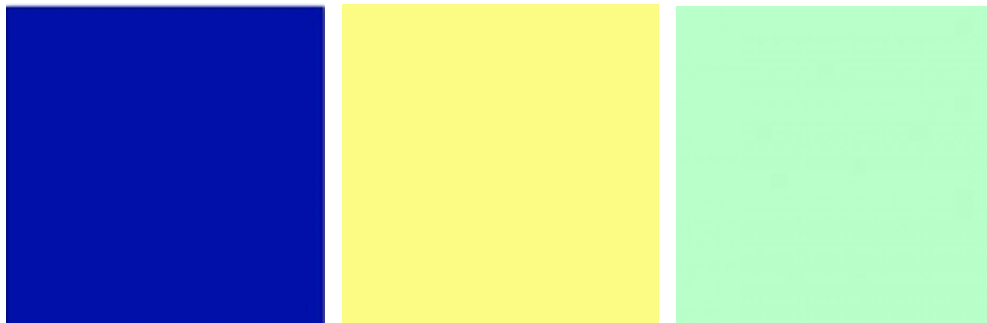
A garantia deverá ser de 90 dias contra defeitos de fabricação.



**Estado de Santa Catarina**  
**Polícia Militar**  
**Diretoria de Apoio Logístico e Finanças**  
**Centro de Armazenamento e Distribuição**

**TR nº 001/CAD/2022**

**IMAGEM ILUSTRATIVA**



São José, 16 de março de 2022.

**CLAUDIO BOING**  
Major PM CH CAD/DALF

## ANEXO II

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e 3841/2022 CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO**

#### **1 – CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:**

1.1 – O objeto será entregue pela Contratada, pelo preço contratado, sem nenhum custo adicional (seguros, impostos e taxas, transporte, frete ou qualquer outro encargo necessário à execução do objeto do Contrato), conforme a necessidade do Contratante e mediante Autorização de Fornecimento/Contrato.

1.2 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ela escolhido. Se rejeitado, o objeto deverá ser substituído pela Contratada, no prazo estipulado pela Contratante, sem qualquer ônus para a Contratante.

1.3 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu objeto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

1.4 – O aceite definitivo do objeto pela Contratante, que ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a entrega do mesmo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5 – O objeto adjudicado deverá atender a legislação a ele pertinente.

**1.6 – A** Contratada compromete-se a entregar manuais, certificados e garantia como todos e quaisquer documentos relacionados ao objeto, em português.

1.7- A proposta deverá constar o nome, endereço e telefone da empresa que prestará assistência técnica autorizada pela montadora, durante o período de garantia;

1.8- Deverá ser apresentado, juntamente com a proposta, prospecto ou outro documento relativo ao objeto cotado, que comprove as características ou especificações do produto ofertado;

1.8.1- Os prospectos apresentados em língua estrangeira deverão vir acompanhados da respectiva tradução para a língua portuguesa.

1.9- O produto, mesmo entregue, só será aceito após a verificação da qualidade e conformidade com as descrições e especificações constantes no anexo I, pelo Setor Competente e Comissão de Recebimento de Materiais para a consequente aceitação;

1.10- A entrega dos bens não implica na aceitação, mas na transferência de responsabilidade pela guarda e conservação dos mesmos, e a prova de transferência dar-se-á com assinatura de quem de direito for, no canhoto da nota fiscal, servindo-a apenas como comprovante da data de entrega. A efetiva aceitação dos produtos dar-se-á com a declaração da autoridade competente, de que o mesmo atende as condições estabelecidas no Edital.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022**  
**PROCESSO SGP-e 3841/2022**

- a. Identificação da empresa (RAZÃO SOCIAL E CNPJ);
- b. Endereço completo;
- c. Validade da proposta: sessenta (60) dias;
- d. Dados bancários: nome e número do banco, agência, conta corrente com dígito (ATENÇÃO: AGÊNCIA E CONTA DEVERÁ CONTER DÍGITO);
- e. E-mail;
- f. Preços unitários e total dos produtos/serviços;

Objeto	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
TOTAL			

Responsável	Função	CPF

## ANEXO IV

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e 3841/2022

#### IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_/PMSC/20\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:  
CNPJ:  
FONE / E-MAIL –  
IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO AMOSTRA

**ANEXO V****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022  
PROCESSO SGP-e 3841/2022****RECIBO DE DOCUMENTOS E AMOSTRAS**

Declaro que recebi no protocolo da Divisão de Licitação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Av. Rio Branco, 1064 – Centro – Florianópolis-SC – CEP 88015-204, o envelope contendo Documentos Adicionais, Laudos, Amostras e Prospectos, para serem anexados ao PREGÃO \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_/PMSC/20\_\_\_\_ da empresa:\_\_\_\_\_.

**Observações:**

- 1) Deverá ser anexado na parte externa do envelope/embalagem;
- 2) Não pode conter rasuras;
- 3) Válido somente com carimbo e visto do Protocolo.

## ANEXO VI

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022 PROCESSO SGP-e 3841/2022

#### INFORMAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA PARA CONTRATAÇÃO

<b><u>Dados da Licitante</u></b>		
Razão Social/Nome:		
CNPJ/CPF <sup>1</sup> :		
Endereço:		
CEP:	Município:	
Estado:	Fone:	E-Mail:
<b><u>Dados Bancários (com dígito)</u></b>		
Banco:	Agência:	Conta <sup>2</sup> :
<b><u>Representante legal (com poderes para assinar contratos)</u></b>		
Nome:	CPF:	RG/UF:
Telefone Fixo:	Telefone Celular:	
Cargo:		

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
NOME, CARGO E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESARAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

<sup>1</sup>O CNPJ/CPF informado deve ser o mesmo da conta bancária.

<sup>2</sup>É obrigatório informar o dígito da agência e da conta.

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§ 2º É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei nº 16.493/2014.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**CLÁUSULA SEGUNDA Da Vigência**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

§ 1º Considerando que o Sistema eletrônico utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame implicando também a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao presente processo, a assinatura da Ata de Registro de Preços será substituída e firmada nos termos do ANEXO X Termo de aceite da Ata de Registro de Preços.

§ 2º A empresa DECLARA por fim, que o Termo de aceite da Ata de Registro de Preços supre a assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº XXX/PMSC/20XX, surtindo efeitos jurídicos.

**CLÁUSULA TERCEIRA Das Autorizações de Fornecimento**

Para consecução do fornecimento dos produtos registrados nesta Ata, serão emitidas Autorizações de Fornecimento específicas entre as empresas julgadas vencedoras Fornecedoras e a Polícia Militar/SC, do pregão eletrônico nº XXX/PMSC/20XX.

**CLÁUSULA QUARTA** – São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o Edital do pregão eletrônico nº XXX/20XX, seus Anexos e a proposta eletrônica da Fornecedoradora.

**CLÁUSULA QUINTA** – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Polícia Militar de Santa Catarina não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, o objeto cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEXTA** – Fica vinculado a este instrumento o Termo de Aceite da Ata de Registro de Preços, Anexo X, do edital do pregão eletrônico nº XXX/20XX.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Do Foro**

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata.

E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinada pelo senhor Coronel PM....., Diretor de Apoio Logístico e Finanças....., representando o ÓRGÃO GERENCIADORE ÓRGÃOS PARTICIPANTES, e pelos representantes das Empresas Registradas, abaixo identificados. Florianópolis/SC, em .....de 2019.

\_\_\_\_\_  
 Diretor de Apoio Logístico e Finanças da PMSC

\_\_\_\_\_  
 Razão Social da empresa Nome, cargo e assinatura CPF nº

\_\_\_\_\_  
 Razão Social da empresa Nome, cargo e assinatura CPF nº



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**ANEXO VIII**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022  
PROCESSO SGP-e 3841/2022**

**DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE ICMS**

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: .....

CNPJ: .....

ENDEREÇO: .....

DECLARAMOS que a isenção de ICMS prevista no Convênio CONFAZ nº 26/03 não se aplica a esta operação e, portanto, esta empresa não precisará dar o desconto equivalente ao imposto dispensado após a fase de lances do pregão, tendo em vista o seguinte motivo, conforme subitem 2.2 do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/PMSC/20XX, instaurado pela Polícia Militar/SC:

- ( ) a empresa está cadastrada no SIMPLES/Nacional.
- ( ) a empresa não está sediada em Santa Catarina.
- ( ) os produtos estão sujeitos ao regime de substituição tributária, e a empresa se enquadra na situação de estabelecimento substituído.

Local e data, .....

NOME, CARGO E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**ANEXO IX**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022**  
**PROCESSO SGP-e 3841/2022**

**MODELO DE DECLARAÇÕES**

A empresa ....., inscrita no CNPJ N.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade N.º ..... e do CPF N.º ..... DECLARA, para fins de atendimento ao disposto neste Edital de ..... n.º ...../PMSC/20..... que:

**1. CUMPRIMENTO DAS NORMAS REFERENTES À SAÚDE E À SEGURANÇA NO TRABALHO**

Cumpre com toda a legislação federal, estadual e municipal referente à Saúde e Segurança no trabalho de nossos empregados, a teor do que estabelece a Lei Estadual nº 10.732/98, bem como todos os dispositivos relativos à matéria constantes de acordos, convenções ou dissídios coletivos.

Por se verdade firme a presente declaração.

**2. DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE O DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

Para fins do disposto no [inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

**3. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INFRINGÊNCIA AO ART. 9º DA LEI Nº 8.666/93**

Declaro, nos termos do art. 9º da Lei 8.666/1993, que os serviços/produtos/bens a serem prestados/entregues/fornecidos por esta Empresa no (Processo Licitatório/Dispensa de Licitação/ Inexigibilidade nº): ..... não serão direta ou indiretamente executados/prestados ou fornecidos por:

1. servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
2. autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

**4. CLÁUSULAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO**

Declaro que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

....., de ..... de 20.....

.....  
Assinatura, nome e cargo do Representante Legal da licitante interessada.  
[NOME DA EMPRESA]



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**ANEXO X**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022  
PROCESSO SGP-e 3841/2022**

**TERMO DE ACEITE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal Sr(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para os fins que se fizerem necessários, que tem total conhecimento da Ata de Registro de Preços, instituída pelo pregão eletrônico de nº XXX/2019, que tem por objeto o fornecimento de ....., ratificando-a em todos os seus termos e condições, ratifica ainda, as especificações e quantitativos exigidos, bem como o preço apresentado e registrado.

DECLARA por fim, que o presente documento supre a assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços do pregão eletrônico nº \_\_\_\_/2019, surtindo efeitos jurídicos a partir desta data.

Local e data, .....

Razão Social da empresa  
Nome, cargo e assinatura  
CPF nº



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**ANEXO XI**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022**  
**PROCESSO SGP-e 3841/2022**

**I. MINUTA DE RELATÓRIO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/CONTRATO E TERMO DE ACEITE**

Contratante:  
 NOME DO REPRESENTANTE  
 CPF:

**UG Contratante:**

**Gestão Contratante:**

**CNPJ UG:**

**Nº Processo SGPe:**

**Favorecido (CNPJ):**

**Endereço:**

**E-mail:**

**Telefone:**

**Autorização Fornecimento:**

**Data Emissão:**

**Valor:**

**Prazo de Entrega:**

**Mês Autorização:**

**Data Encerramento:**

**Prazo de Pagamento:**

**Nº CIG:**

**Nº Edital:**

**Data Cancelamento:**

**Código Sigef:**

Item	Descrição Material	Unidade Medida	Nota Empenho	Quantidade	Valor Unitário	Valor Autorizado

**Local de Entrega:**

**Endereço:**

**Município**

**Bairro:**

**CEP:**





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**II. TERMO DE ACEITE DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO  
(DEVOLVER EM ATÉ 01 DIA ÚTIL)**

A Empresa **XXXXXXXXXX LTDA** inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/0001-XX por intermédio de seu representante legal, **XXXXXXXXXX**, portador(a) da Carteira de Identidade nº RG. XXXXXXXX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, DECLARA, para os fins que se fazem necessários o total conhecimento da Autorização de Fornecimento Nº **ANOAF0000XX**, instituída pelo(a) Tomada de Preços de nº **0XX/PMSC/XXXX**, que tem por objeto XXXXXXXX, ratificando-a em todos os seus termos e condições, ratifica-se ainda, a(s) especificação(ões) e quantitativo(s) exigidos, bem como o(s) preço(s) apresentado(s) e registrado(s).

DECLARA ainda que:

- a) Recebeu o Termo de Aceite e a Autorização de Fornecimento nº **ANOAF0000XX**, do Pregão Eletrônico nº **0XX/PMSC/XXXX**, do(a) PMSC, contendo XX páginas;
- b) Concorde que o prazo prescricional para assinatura do Termo de Aceite de 01 (um) **dia útil a contar de seu recebimento**, o termo será impresso, assinado e enviado, na mesma data, para o(a) PMSC em formato PDF, escaneado, para o e-mail [registrodepreco@pm.sc.gov.br](mailto:registrodepreco@pm.sc.gov.br);
- c) Concorde que o prazo de entrega inicia-se a partir do primeiro dia útil subsequente a contagem da assinatura do Termo de Aceite;

DECLARA por fim, que o presente documento supre a assinatura da respectiva AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, vinculada ao Pregão Eletrônico nº **0XX/PMSC/XXXX**, surtindo efeitos jurídicos a partir desta data.

**Florianópolis, XX/XX/XXXX.**

**NOME DO REPRESENTANTE**

Representante/Procurador

**NOME DA EMPRESA XXXX LTDA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**ANEXO XII**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PMSC/2022**  
**PROCESSO SGP-e 3841/2022**

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E PROVIDÊNCIAS (SEP)**

<b>Contrato nº:</b>	<b>Vigência do Contrato:</b>
<b>Contratado:</b>	
<b>Objeto do Contrato:</b>	
<b>Nome do Preposto:</b>	

Senhor Preposto do Contratado,

Pela presente, e com referência ao art. 69 da Lei Federal nº 8.666/1993, concedo-lhe o prazo de (cinco) dias úteis para a correção de irregularidade e para manifestar-se a respeito das pendências elencadas abaixo:

PENDENCIA	REFERÊNCIA CONTRATUAL:

**Observações:** *(Informar o período, valores em atraso, nome dos terceirizados envolvidos, protocolos de assistência técnica, dentre outros)*

Aguardamos um pronunciamento formal (escrito) dessa Empresa:

Atenciosamente,

<b>Nome do fiscal:</b>	<b>Matrícula:</b>
<b>Assinatura do Fiscal:</b>	<b>Data:</b>
<b>Assinatura do Preposto:</b>	<b>Data:</b>